



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia dois de julho de dois mil e treze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente solicitou ao Plenário a dispensa do Hino Nacional. Em seguida, informou que de acordo com entendimento do Plenário as Atas das Reuniões Ordinária do dia dezoito de junho, Extraordinária do dia vinte e um de junho e Ordinária do dia vinte e cinco de junho de dois mil e treze foram encaminhadas, via e-mail, aos gabinetes. Indagou aos vereadores se havia algum complemento ou discordância quanto as Atas; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as três Atas. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Ofício DG – 1918/2013, do DER/MG, referente à implantação de grade protetora ao longo da Ponte sobre o Ribeirão dos Cristais, entre os Bairros Chácara do Bom Retiro e Cristais, informando que a 1ª Coordenadoria Regional do DER/MG, sediada em Belo Horizonte, já solicitou à Prefeitura Municipal de Nova Lima que a mesma providencie o projeto detalhado da obra, para análise e posterior autorização objetivando a execução dos serviços. O vereador Leci Alves Campos cumprimentou a Fundação Hospitalar Nossa Senhora de Lourdes pelo Dia do Hospital, por ser o único hospital da região central da



cidade. Continuando, solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.323/2013, autoria Vereador Leci Campos, que “Dispõe sobre a concessão do direito a uma folga anual, para servidoras públicas municipais de Nova Lima, para realização de exames de controle do câncer de mama e do colo de útero”; 2) Projeto de Lei nº 1.324/2013, autoria Vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, que “Concede o nome de Dr. José Adelson Pires Moreira à UPA – Unidade de Pronto Atendimento que indica e contém outras providências.” Encaminhados à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Prosseguindo, solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Resolução nº 122/2013, autoria Vereador Flávio de Almeida, que “Modifica a redação do art. 196 da Resolução Legislativa nº 09/90, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal e dispõe sobre o seu funcionamento”; a comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 2) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, referente ao Projeto de Lei nº 1.310/2013, autoria Poder Executivo, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Exercício de 2014 e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável ao projeto; 3) Pareceres da Comissão de Serviços Públicos Municipais referentes aos Projetos de Lei: Projeto de Lei nº 1.315/2013, que “Dá denominação a logradouro público que menciona e contém outras providências” – Rua Iolanda Ragonezi Lopes; Projeto de Lei nº 1.316/2013, que “Altera a nomenclatura da Secretaria Municipal da Ação Social, SEMAS, além de dar outras providências”; Projeto de Lei nº 1.317/2013, que “Dá



denominação à via pública que menciona” – Rua Ladislau de Souza; Projeto de Lei nº 1.318/2013, que “Dá denominações a logradouros públicos que menciona e contém outras providências” – Rua das Acácias, Rua das Bromélias, Rua das Cabiúnas; Projeto de Lei nº 1.319/2013, , que “Dispõe sobre critério para denominação de vias, logradouros, praças, próprios públicos e dá outras providências”; a comissão emitiu parecer favorável à tramitação dos projetos; 4) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça, referente ao Projeto de Lei nº 1.321/2013, que “Dispõe sobre a divulgação mensal do relatório sobre o cumprimento de horários dos ônibus do transporte COLETIVO MUNICIPAL e INTERMUNICIPAL no Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. Logo após, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.311/2013, autoria Poder Executivo, que “Dispõe sobre a concessão da isenção de IPTU ao imóvel pertencente aos portadores de doenças graves incapacitantes e aos doentes em estágio terminal irreversível, desde que destinado exclusivamente, ao uso residencial, além de dar outras providências”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura da emenda aditiva de autoria dos vereadores Fausto Niquini e André Luiz Vieira: “Inclusão do parágrafo 2º ao art. 3º, e supressão da alínea “e” passando o artigo a vigorar na seguinte Redação: Art. 3º - Para usufruir dos benefícios de que trata esta lei, o interessado deverá observar os seguintes requisitos: a – Protocolar requerimento solicitando a isenção na prefeitura; b – Apresentar laudo pericial conforme descrito no



“caput” do Art. 2º; c – Atestado que comprove ser o imóvel objeto do pedido de isenção única propriedade em seu nome ou de seu cônjuge; d – Estar em situação de vulnerabilidade social; §1º - O beneficiário da isenção, o cônjuge ou o responsável legal, deverá se recadastrar anualmente para manter o benefício; §2º - quando houver falecimento do beneficiário até o sexto mês do ano da isenção concedida, automaticamente ela será estendida para o ano subsequente, mediante requerimento e comprovação através de atestado de óbito.” Em votação, a emenda aditiva ao artigo 3º da proposição foi aprovada por nove votos. Em seguida o Senhor Presidente solicitou a leitura da emenda aditiva de autoria dos vereadores Leci Alves Campos e Fausto Niquini: “Artigo 1º: Fica autorizado ao Poder Executivo, conceder isenção de IPTU para imóvel pertencente aos portadores de doenças graves incapacitantes e aos doentes em estágio terminal irreversível, desde que destinado, exclusivamente, ao uso residencial. § 1º Terá direito aos benefícios da lei, o imóvel ocupado pelo portador de doença grave incapacitante e doente em estágio terminal irreversível, sendo o proprietário, cônjuge, filho ou dependente legal. § 2º Entende-se como doenças incapacitantes as seguintes moléstias: câncer, síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplastia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, fibrose cística (mucoviscidose), síndromes da Trombofilia e de Charcot-Marie-Tooth, Acidente Vascular Cerebral com



comprometimento motor ou neurológico, doença de Alzheimer, portadores de esclerose lateral amiotrófica e esclerodermia e outros em estágio terminal.” Em discussão o vereador André Luiz Vieira da Silva perguntou ao vereador Leci Alves Campos o significado de tuberculose ativa. O vereador Leci Alves Campos solicitou que esta pergunta fosse feita ao vereador Fausto Niquini. O vereador Fausto Niquini Ferreira explicou que qualquer patologia ativa significa que o paciente está cursando com a doença. Esclareceu que o paciente com tuberculose ativa é tratado durante seis meses com Rifampicina, Etambutol e Isoniazida e fica curado, mas durante o tratamento não se pode trabalhar, pois precisa de alguns cuidados, em torno de seis meses a um ano. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou não ter visto necessidade de se colocar no projeto a relação de doenças. O vereador Leci Alves Campos informou que a emenda somente diz respeito à alteração do parágrafo primeiro. Esclareceu que o artigo primeiro e o parágrafo segundo são originais do Projeto de Lei e que apenas foram lidos para acompanhar a emenda. O vereador Fausto Niquini Ferreira afirmou ser importante citar as patologias, mesmo que as emendas somente sejam válidas mediante o parecer de um médico ligado à Secretaria de Saúde, para que não chegue uma pessoa dizendo que tem algum problema de saúde e jogue o problema para o Secretário. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse que a tuberculose é, hoje em dia, uma doença que tem cura, já foi aos moldes da AIDS, mas hoje é uma doença que o SUS fornece todo o tratamento gratuitamente. O vereador Fausto Niquini Ferreira lembrou que pacientes com Imunodeficiência Adquirida (AIDS) vivem, hoje, três, cinco, até dez anos. Declarou que



está tentando ajudar. O vereador André Luiz Vieira informou que só não quer deixar nenhuma brecha na lei e que também só quer ajudar. Em votação, a emenda aditiva ao artigo 1º da proposição foi aprovada por nove votos. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, autorizou que o referido projeto entrasse em sua segunda votação nesta reunião, conforme solicitação do vereador Fausto Niquini. Em primeira e segunda votação, o projeto foi aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos. Do vereador Fausto Niquini: 1) Requer às Vossas Excelências, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, solicitando que o mesmo determine ao órgão competente para que proceda urgentemente a iluminação pública da Rua Antônio Nereu Filho, à altura do nº 80, no bairro Retiro, onde, por não haver iluminação adequada, fica propício ao uso de drogas. Aprovado, sete votos; 2) Que esta respeitosa Casa convide a Direção e a Coordenação Clínica da Fundação de Atendimento Especializado de Nova Lima (Faenol), para que no mês de agosto, tragam até à Câmara Municipal de Nova Lima uma breve exposição do belo trabalho desenvolvido naquela prestigiosa instituição e também aos projetos que lá estão implantados atualmente. Em discussão, a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira lembrou que já havia entrado com um requerimento solicitando uma homenagem à Faenol, mas devido ao recesso dos vereadores, ocorrerá no dia seis de agosto, e julga interessante que nesta homenagem sejam apresentados os projetos desta instituição. Informou que no próximo dia nove de julho, ocorrerá, no Teatro Municipal, uma comemoração dos trinta anos da Faenol, organizada pelo Poder



Executivo, e nesta oportunidade, serão mostrados os trabalhos e todos os projetos da instituição para a comunidade, mas que nada disso invalida que isso seja colocado na Câmara para os vereadores. Aprovado, oito votos; 3) Que esta respeitosa Casa solicite ao prefeito Municipal, que, através de sua secretaria competente, complemente o quebra-molas, localizado à Antônio Jardim, defronte ao nº221, no bairro do Rosário. Aprovado, oito votos. O vereador Leci Alves Campos cumprimentou a presidente da associação do bairro Rosário, senhora Luciana, presente na plateia. Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: 1) Que esta respeitosa Casa envie Moção de Pesar para a família da senhora Neusa da Silva, pelo seu falecimento no dia 21 de junho de 2013. Aprovado, nove votos; 2) Que seja solicitado ao Senhor Prefeito Municipal, auxílio de bolsa estudo em cursos técnicos, graduação, pós-graduação, doutorado e mestrado, para os servidores públicos municipais. Aprovado, oito votos; 3) Que seja solicitado ao Senhor Prefeito Municipal, a criação de uma creche na Rua Antônio Jardim, 55, bairro Centro, onde funcionava a creche Nancy Romani. Em discussão o vereador José Guedes parabenizou o vereador Alessandro Bonifácio pelo requerimento, pois no local havia uma creche bem cuidada e que não sabe o porquê desta ter sido desativada. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira esclareceu que a creche não foi desativada, o imóvel pertence à Anglo Gold a prefeitura teve que alugar um galpão para o realojamento das crianças, o qual foi ampliado para a construção da Primeira Escola. O vereador José Guedes questionou qual a quantidade de crianças que atualmente estão fora da creche no município, o qual foi respondido pela vereadora Maria Ângela que por volta de



quinhentas crianças. O vereador José Guedes disse que o requerimento é pertinente, e que é necessário que se batalhe com a Anglo Gold a devolução do prédio pois é uma luta dos pais, principalmente as mães, que precisam trabalhar, e é um absurdo uma cidade como Nova Lima ter cerca de oitocentas crianças fora da creche. Aprovado, oito votos; 4) Que o Executivo Municipal encaminhe à esta Casa Legislativa um Projeto de Lei versando sobre criação do Conselho Municipal de Trânsito, Transportes de Mobilidade. Em discussão, o vereador Flávio de Almeida afirmou ter na Casa um requerimento de sua autoria versando sobre este assunto. Disse que faz poucos requerimentos e que o assunto está um pouco cansativo e se continuar assim, os vereadores poderiam ser liberados da reunião, pois assim, ele mesmo iria embora quando chegasse a hora dos requerimentos. Falou que, pelo tanto que trabalha com a comunidade, faz poucos requerimentos e se estes são repetidos, é melhor ser avisado do início da discussão destes, para que não faça papel de bobo. O vereador Flávio afirmou que se o Senhor Presidente quiser votar o requerimento desta forma não terá problema, pois este será só mais um que o prefeito não irá responder. O Senhor Presidente disse que como o Projeto de autoria de autoria do vereador Flávio, que visa disciplinar a questão dos requerimentos, ainda não foi votado, ele nada pode fazer. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio esclareceu que não tem problema, pois ambos fazem parte da Comissão de Trânsito e o vereador Flávio de Almeida pode participar deste requerimento. O vereador Alessandro afirmou, ainda, que a assessoria de seu gabinete consultou o Assessor Parlamentar da Casa. O vereador Flávio de Almeida explicou que





se trata da Criação da Comissão Permanente de Trânsito, que já foi aprovada pela Casa pelos nove vereadores, e disse que se o requerimento do vereador Alessandro Bonifácio passar será mais um que não será respondido. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio esclareceu que o requerimento dele trata-se da criação de um Conselho. O vereador Flávio de Almeida disse que só muda a palavra, mas que ambos são a mesma coisa. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio convidou o vereador Flávio de Almeida para trabalharem juntos, pois são da mesma comissão. O vereador Flávio de Almeida afirmou que esta questão da Casa deve mudar e que a partir de agosto sairá das reuniões na hora dos requerimentos. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio ressaltou que os requerimentos são diferentes. O vereador André Luiz Vieira disse entender a posição do vereador Flávio de Almeida, pois o projeto deste que está na Casa visa regulamentar a questão dos requerimentos. Falou ter dificuldade de votar esse projeto, justamente por causa disso que aconteceu na reunião. Disse que não é difícil para um vereador mudar um texto sem mudar o contexto, pois aí a pessoa fará um requerimento diferente, mas querendo dizer a mesma coisa, gerando briga e discussão. O vereador Flávio de Almeida falou que o Jurídico da Casa terá a incumbência de olhar o requerimento, chamar o vereador e dizer que este mudou as palavras do requerimento, mas a intenção é a mesma. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse que, embora o Projeto não estivesse em discussão, ele era parte do assunto. Falou que a intenção do vereador Flávio de Almeida é a melhor possível, que é definir quem deverá dar a palavra final, que, segundo o que consta no projeto, é o Presidente. A vereadora Maria Ângela Dias



Lima Pereira falou que gostaria que ficasse claro os conceitos de Comissão e Conselho, pois são diferentes: na Comissão, os membros podem ser escolhidos e para o Conselho são eleitas, as instituições que vão participar e seus respectivos representantes. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou que a intenção é a mesma mas o formato é diferente. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira concordou com a fala do vereador André Luiz Vieira da Silva. O vereador Flávio de Almeida falou que se rendia à Câmara Municipal, e que retiraria o Projeto se a Câmara continuasse na mesma bagunça que está, com essa quantidade de requerimentos que o Prefeito não responde. Afirmou que o Prefeito não entende qual a função dele, assim como os vereadores não compreendem qual a prerrogativa deles. Falou que iria retirar o projeto no dia seguinte. O vereador Flávio, salientou que quando as pessoas vão à rua para se manifestarem, não foi contra a Presidenta Dilma Rousseff, e sim contra o monte de coisas erradas que estão acontecendo no país, contra a pauta vazia das reuniões, contra tantas mudanças de nomes de ruas, contra tantas homenagens. Afirmou que o trabalho do vereador está exaurido, não existe. Disse que possui muitos projetos sociais na cidade, trabalha muito, acorda cedo, por isso não faz esse monte de requerimentos, pois acha um absurdo. Afirmou que se o Poder Legislativo não mudar, como poderá ser exigido que o Poder Executivo mude. O Senhor Presidente disse concordar com as palavras do vereador Flávio de Almeida exceto uma, pois não concorda com a palavra bagunça. O vereador Flávio de Almeida afirmou que respeita o Senhor Presidente, mas que da forma que está não deixa de ser uma bagunça. Disse que há vereadores que não colocam no coração



que querem um projeto, e sim que são contra vereador Flávio. Falou que a vida pública não possui esta intenção, não é ser contra nenhum vereador, e sim ver o projeto, ver a legalidade, ver a construção de uma Casa, pois povo não mudou a Casa atoa. O Senhor Presidente ressaltou que a Casa não é uma bagunça, disse que o vereador Flávio tentou disciplinar, mas existem divergências, que são naturais. Afirmou que se a responsabilidade for para a Presidência ele terá que tomar medidas que não gostaria de tomar. Disse que se não houver entendimento, irá usar o departamento jurídico da Câmara, que é capacitado, e o requerimento que for idêntico ao outro ele saberá o que fazer, mas afirmou que não é isso que gostaria que acontecesse na Casa. Falou que sempre busca trazer o entendimento, o debate, para que as coisas caminhem certas, mas que parece que não é isso que está acontecendo. Informou ao vereador Alessandro Luiz Bonifácio que este teria a prerrogativa de saber o que fazer, se colocaria o requerimento em votação. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio afirmou que o requerimento iria para a votação. Aprovado, oito votos e um voto contra do vereador Flávio de Almeida. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou que considerou as palavras do vereador Flávio de Almeida desrespeitosas com os vereadores, falando que as pautas são vazias, e que estes somente ficam votando nomes de ruas e somente ficam fazendo homenagens. Afirmou que o vereador não pode dizer uma coisa dessas, pois as homenagens que são feitas são para instituições que são de qualidade no município de Nova Lima, como a APAC ou a FAENOL, que será homenageada em agosto, que são instituições sérias no município de Nova Lima. Questionou qual o respeito que o



vereador Flávio de Almeida tem pelos vereadores, quando afirma que estes fazem pautas vazias. Disse que os vereadores merecem mais respeito. Esclareceu que o requerimento do vereador Alessandro Luiz Bonifácio é para a criação de um Conselho e que este é diferente de Comissão. Citou o Conselho da Criança e do Adolescente, com o Conselho do Meio Ambiente, CODEMA, com o Conselho do Idoso, e sugeriu que seja verificada diferença entre Comissão e Conselho. Disse que foram desnecessários os termos utilizados e sugeriu que sejam criados tanto a Comissão quanto o Conselho, pois nada impede que haja os dois. A vereadora Maria Ângela afirmou ainda, que o vereador Flávio de Almeida foi desrespeitoso para com os vereadores e que estes não possuem tempo para ficar “fazendo graça”, pois todos trabalham e possuem casa. Questionou a fala do vereador Flávio de Almeida, quando este disse que os vereadores estão brincando, fazendo pautas vazias, e chamou a Casa de bagunça. O Senhor Presidente afirmou que o que podia fazer foi feito, negar que a Casa seja uma bagunça. Afirmou que o vereador tem a prerrogativa de falar o que quiser em Plenário e que os outros vereadores deveriam ter rebatido as falas do vereador Flávio de Almeida. Disse que considera as falas do vereador Flávio injustas, pois a única coisa que restou para os vereadores fazerem foi denominar vias, e algumas outras coisas, pois o Estado e a União tomaram tudo, são eles que decidem tudo. Falou que abriram uma mina na cidade e os vereadores não puderam fazer nada. Afirmou que quem decide sobre a Saúde e a Educação é o Governo Federal, pois o dinheiro, quando vem, é de lá. Disse que os vereadores já quase não fazem nada, e ainda querem tirar o que podem fazer. Disse que



não gostaria de entrar em debate, mas que o respondeu na hora certa. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou que não está contra o Senhor Presidente, mas lamentou o fato de o vereador Flávio de Almeida não estar presente no Plenário. O Senhor Presidente declarou que, democraticamente, o vereador, dentro do Plenário, fala o que quer e resta à plateia entender. Disse que era uma grande oportunidade de os vereadores o rebaterem. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse que tentou mas o Senhor Presidente não deixou. O Senhor Presidente se desculpou com o vereador, dizendo que não foi intencional. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou que ia se defender, até porque, até o momento, todos os projetos apresentados pelo vereador Flávio de Almeida na Casa, e todos os projetos apresentados por cada vereador, sempre são analisados por ele e que sempre procura discutir com os autores dos projetos, visando sempre o que é melhor. Disse ter dificuldades justamente por saber que o projeto que o vereador Flávio de Almeida colocou em pauta, não vai resolver o problema, pois este projeto, sendo votado e aprovado ou não, a decisão sempre ficará com o Senhor Presidente. Declarou que a coisa mais fácil que se tem é mudar o texto sem mudar o contexto. Afirmou que vai da ética de cada vereador, pois, se o vereador sabe que o requerimento é de um vereador e quer usar de má-fé e “passar por cima”. Ressaltou que este exemplo não se aplica ao requerimento que o vereador Alessandro Luiz Bonifácio fez, pois isso já aconteceu na Casa várias vezes e já ocorreram várias discussões. Afirmou que não fez nenhum requerimento semelhante ao de ninguém e disse que se fizer algum requerimento semelhante ao de algum na Casa, não terá a



menor cerimônia de tirá-lo de pauta, pois não possui dificuldades em fazer isso, pois não está na Casa para “pegar carona” na ideia de ninguém. Disse ao vereador Flávio de Almeida que o projeto de autoria deste, votado ou não, não vai mudar em nada, pois a decisão fica por conta do Senhor Presidente e vai depender muito da ética de cada um. Falou que se um vereador apresentar um requerimento ao prefeito, que, segundo o vereador, diga-se de passagem, não vale nada, pois o vereador possui muitos requerimentos apresentados e nenhum foi respondido. Falou que não faz questão nenhuma de que os requerimentos tenham a sua assinatura, pois não serão atendidos. O vereador André afirmou que são seis meses de mandato, já foram feitos vários requerimentos, várias reuniões com a população, mas que os requerimentos não obtiveram nenhuma resposta por parte do Poder Executivo. Disse que a dúvida dele com relação à esse projeto é simples, comparada a outros projetos polêmicos existentes na Casa. Falou que a decisão final sempre será da Presidência. Afirmou que quando tiver um requerimento que tem que ser feito, irá brigar para que seja feito e que tudo vai da ética do vereador, pois não existem moleques na Câmara Municipal. Disse que todos os que estão na Casa são representantes do povo e entende que as pessoas que votaram nestes vereadores esperam um pouco de ética, e que esta parte disso. Falou que não há dificuldade nenhuma em pedir para participar de um projeto de algum vereador, pois acha natural que os vereadores assinem projetos ou requerimentos conjuntamente. Declarou que gostaria de votar o projeto do vereador Flávio de Almeida, mas entende que este não vai resolver o problema. O vereador Gilson Antônio Marques disse ser a



favor das palavras da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira e do vereador André Vieira, pois não concorda com a afirmação feita de que os vereadores somente votaram requerimentos e denominação de via pública, pois esta é uma das funções dos vereadores. Afirmou que foram escolhidos para representar o povo e é isso que estão fazendo. Disse que quando o vereador entra com um projeto relativo à denominação de rua, foi porque foi solicitado pela população. Lembrou que os vereadores também cobram postura do Executivo, e se não está cumprindo “milagre” não tem como ser feito. O vereador José Geraldo Guedes disse ter opinião contrária a do vereador André Vieira, com relação aos requerimentos. Afirmou que o requerimento é a arma do vereador, pois é um documento oficial que o vereador tem para atendimento à comunidade. Disse que nenhum vereador inventa requerimento. Frisou ser o líder disparado na feitura de requerimentos, que vai continuar fazendo e que a culpa é desta Câmara, assim como a anterior, ambas erraram, pois a obrigação dos vereadores é ir ao Prefeito e cobrar dele, o que já foi cobrado por este vereador três vezes. Sugeriu colocar um funcionário para orientar o vereador e mostrar onde está o requerimento, pois na Prefeitura há muita gente atoa. Afirmou que foi solicitado ao Senhor Presidente que fosse agendada uma reunião com o Prefeito sobre esse assunto, pois não é justo um morador de um bairro solicitar algo e esta solicitação ficar engavetada. Disse não concordar com a afirmação de que requerimentos não valem nada. Afirmou que a Câmara deverá tomar atitudes, senão vai ficar como a anterior, “bois de presépio”. Disse que precisava desabafar, pois os vereadores tem sua parcela de culpa, porque reclamam



deste assunto, mas ficam como “bois de presépio” na Prefeitura. Falou que não é “boi de presépio” de ninguém, se tiver de falar irá falar na cara, pois tem vinte anos como vereador e continua falando. Afirmou que não se pode ficar falando as coisas em Plenário e chegar na Prefeitura dizendo: “Sim senhor, sim senhora.”. Reiterou ao Senhor Presidente o pedido de agendamento de uma reunião com o Prefeito e disse que os vereadores irão cobrar. Disse que acredita no atual Prefeito, lembrou que este foi vereador e que sabe como as coisas funcionam. Falou que os vereadores possuem problemas com os assessores do Prefeito, que dizem que não gostam de vereador. Falou que se as coisas continuarem assim, esta vai ser uma Câmara pior ou igual à outra. O vereador Fausto Niquini Ferreira agradeceu a aprovação do Projeto de Lei de isenção de IPTU ao imóvel pertencente aos portadores de doenças terminais e degenerativas, pois este foi de indicação deste vereador ao Executivo. O vereador Flávio de Almeida parabenizou o vereador José Guedes pela fala, pois é isto que o povo espera de um vereador: a sinceridade, a honestidade, falando aquilo que pensa. Disse que, quando afirmou que a pauta é vazia, quis dizer que ela é vazia, basta olhá-la. Afirmou que em momento algum disse que o Senhor Presidente faz parte do que acontece, pois este só preenche a pauta com o que é enviado pelos vereadores. Falou que a pauta é ruim porque os vereadores assim a fazem e que os requerimentos são repetitivos, ou os vereadores mudam apenas algumas palavras destes ou de projetos, porque está sendo permitido pela própria Casa. Disse que não falou nenhuma mentira ao afirmar que os requerimentos não são respondidos, mas concorda com o vereador José Guedes quando





este diz que os requerimentos são a arma do vereador, entretanto estes são estão tendo resposta. Afirmou que a Câmara Municipal tem que aprender a ser uma boa Câmara, pois a cidade teve boas Câmaras, como a de 2001 a 2004, quando o Senhor Presidente, os vereadores Leci Alves Campos e José Geraldo Guedes foram vereadores. Falou que esta era uma Câmara legítima, na qual existia discussão. Questionou o fato de ter apresentado um projeto legítimo, legal, e as pessoas não conseguirem entendê-lo, talvez por não gostar do vereador. Disse não se importar se gostam de seu “bigode” ou não, pois vive a própria vida, se considera um excelente vereador, possui projetos na cidade, não brinca com a comunidade, não brinca com o povo, e se respeita para que o povo o respeite. Falou que a Câmara é desleal, pois o criticaram durante a ausência dele. Disse que, quando falou ao Senhor Presidente que este o podia dispensar dos requerimentos, foi um jeito educado de se dizer que ia embora, pois não ia entrar em discussão com o vereador Alessandro Luiz Bonifácio nem com qualquer outro. Falou que espera que quando acontecer com outros vereadores, que tenham a hombridade de fazer com este o que tem feito com ele: “se calar quando é do outro, ‘bater’ quando é do Flávio”. Declarou que a melhor forma de legislar é “apanhando”. O Senhor Presidente falou que o debate em Plenário só enriquece e dá aprendizado a todos. Falou que tanto o vereador José Guedes, quanto o vereador André Vieira têm razão com relação aos requerimentos, pois estes não têm resposta, e as respostas são necessárias. Relembrou o artigo de número 87, inciso XVIII, da Lei Orgânica do Município, que claramente diz que os vereadores podem encaminhar ao Ministério Público qualquer ação devido à falta de



respostas dos requerimentos: “Art. 87 – Ao Prefeito compete privativamente: inciso XVIII – prestar à Câmara, dentro de quinze dias, as informações solicitadas na forma regimental.” Afirmou que da mesma forma que os vereadores enviam cem requerimentos à Prefeitura, podem encaminhar ao Ministério Público para que este resolva. Disse que passou oito anos sem ter nenhuma resposta dos próprios requerimentos, pois o prefeito que saiu nunca respondeu para ninguém. Afirmou que o requerimento é a arma do vereador, mas ele tem que ser respondido, caso contrário não vale nenhum centavo. O vereador Gilson Antônio Marques disse concordar em partes com a fala do vereador José Guedes, mas disse discordar quando foi falado que o prefeito é bom e que os assessores são ruins. Falou que o erro foi do prefeito, pois não foi a Casa quem escolheu os assessores deste e se está errado, é necessário que ele corrija. Afirmou que a Casa tem enfrentado o prefeito no dia-a-dia e mostrado onde estão os erros, mas que ele vê e não corrige, sendo assim, o erro é dele. O Senhor Presidente lembrou que a única coisa que não queria na Casa é essa discussão, pois o debate enriquece, mas com o desentendimento nada avança. Falou que os requerimentos vão acabar caindo nas mãos dele e algum vereador poderá entender que um requerimento é igual ao outro e vai questionar se está sendo dado privilégio para algum vereador. Disse que a partir de agora, se os vereadores não sentarem e não conseguirem entender, politicamente, como pessoas grandes, capacitadas, como as coisas serão resolvidas, realmente as coisas irão virar uma “bagunça”, aí ele vai ter que decidir, o que é uma coisa que ele não quer, para não ser antidemocrático, mas pelo visto as coisas



estão caminhando para isso. Falou que espera que no decorrer da semana os vereadores façam a reflexão e procurem entender, pois o entendimento na política é a melhor coisa que se pode fazer. O vereador Gilson Antônio Marques citou dois exemplos: o Secretário Roberto Cota, da Administração. Falou que o prefeito está vendo que a Administração é um caos. Saliou que não está dizendo que o Secretário é desonesto, corrupto, nada disso. Disse que o Secretário é um administrador ruim, pois na última semana cortou a internet da prefeitura, o que é um absurdo; além do fato de não se ter uma licitação pronta, a máquina administrativa está engessada. Afirmou que a prefeitura possui quase noventa milhões de reais em caixa e não se tem um orçamento para gastar. Disse que o Secretário é burro, que o prefeito está vendo e mesmo assim o Secretário permanece. Citou o Secretário Tim da Regional do Jardim Canadá, a qual fornece sessenta por cento da receita do município. Afirmou que quando algum funcionário desta regional vai falar com este Secretário, este tapa os ouvidos e dá as costas ao servidor, que todos os dias reclamam, e o prefeito tem ciência disto. O Senhor Presidente falou que a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira é a líder da bancada do PMDB na Câmara. Como líder, a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira se colocou à disposição dos vereadores para que, quando ocorrer qualquer problema, quando quiserem fazer alguma reclamação de algum Secretário pertencente ao PMDB, estará à disposição para que se dialogue com o Secretário, para trazê-lo na Casa para que este preste esclarecimentos. Disse que, como o Secretário Roberto Cota pertence ao PMDB, gostaria que este comparecesse à Câmara para conversar com os vereadores,



não sendo necessário que esta conversa seja em Plenário, poderá ocorrer na sala anexa, para que preste esclarecimentos quanto à sua pasta e quanto à sua gestão. Dando continuidade, passou-se para discussão e votação do requerimento da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer que seja enviado ao Chefe do Poder Executivo o pedido no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa, um Projeto de Lei dispondo sobre a ADE – Área de Diretrizes Especiais do Loteamento Vale do Sol, que já se encontra com todos os estudos concluídos. Em discussão a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira convidou o Senhor Presidente a assinar o requerimento conjuntamente com ela, uma vez que se trata do loteamento Vale do Sol, onde ele reside e possui um trabalho grande na comunidade. O Senhor Presidente falou que é um prazer assinar o requerimento com a vereadora. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira questionou o fato de o projeto está aprovado desde o primeiro semestre de dois mil e doze e ainda não ter sido enviado à Casa, pois assim a comunidade estaria cobrando os benefícios que foram colocados na ADE e isto evitaria o que está aparecendo no jornal, sobre o fato de o deputado Fred Costa solicitando melhorias para Nova Lima, cobrando na Assembleia Legislativa Audiência Pública para debater sobre o esgoto no bairro Vale do Sol. Afirmou que este deputado não tem conhecimento da ADE e está entrando em um território que não é dele. Falou que o deputado Fred Costa deveria comparecer à esta Casa e debater com os demais vereadores sobre isso e não fizesse isso a revelia dele, pois não tem conhecimento da ADE que está pronta há muito tempo. Disse que os vereadores correm o risco de um deputado, que não se sabe direito quem é, que somente



ganha vantagem, pois fica fazendo “farol” com as coisas de Nova Lima. Falou que existe uma ADE pronta no Vale do Sol mas não é mandado o projeto para a Câmara, pois e tivesse sido feito isso, os moradores estaria usufruindo dos benefícios desta ADE. Disse que os deputados podem requerer ações para Nova Lima, mas antes disto é necessário que compareçam à Câmara para debater com os vereadores. O vereador Silvânio Aguiar Silva parabenizou a vereadora, dizendo que acerta em tudo o que faz, e disse que o requerimento da vereadora versa um pouco sobre o que falou. Falou que a ADE está pronta desde dois mil e doze, participou disso enquanto Secretário de Desenvolvimento Econômico, mas o projeto foi engavetado, talvez pelas pessoas não concordarem com o que foi feito no passado. Disse que esse projeto foi desenvolvido por uma empresa, que foi paga pela prefeitura, licitado corretamente, e agora, como entrou uma nova Administração, foi engavetada, pois como as ADE’s a população não vê muito, o projeto foi engavetado e, após seis meses de governo, ainda não foi enviado à Casa. Disse que, a respeito do deputado Fred Costa, vai fazer jus ao Presidente da Casa, que todos sabem do trabalho feito naquela região por ele, este deputado aparece e vem fazer “gracinha” no município, em cima de uma desordem do governo que está pronta. Falou que o deputado é oportunista, populista e faz “gracinha”, dizendo que a Câmara não está legislando, não está trabalhando. O vereador Gilson Antônio Marques explicou que a ADE está pronta, mas a começaram de cabeça para baixo. Disse que no loteamento Vale do Sol foram jogados mais de seis milhões de reais no lixo, porque fizeram a rede de esgoto antes da rede pluvial e em alguns lugares as galerias têm que



ser de dois mil e as galerias de mil e quinhentos. Questionou como se faz isso em cima de uma galeria de cento e cinquenta, sem perder os seis milhões de reais. Aprovado, oito votos. Do vereador Leci Alves Campos: 1) Requer que seja enviada Moção de Pesar à família enlutada da Sra. Maria Inocente Oliveira. Aprovado, oito votos; 2) Em conjunto com a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, que seja enviada Moção de Pesar à família enlutada da Sra. Nilza Lloyd Romani. Aprovado, oito votos; 3) Que atenda a demanda de divisão de gozo de férias de funcionários da Prefeitura em dois períodos. Em discussão o vereador Leci Alves Campos explicou que determinado funcionário da prefeitura estava atribulado com as funções, mas teria que tirar as férias. Solicitou à chefia a divisão das férias, mas lhe foi dito que a prefeitura não faz isso. Este funcionário entrou em contato com o vereador Leci Campos, que entrou em contato com o departamento de Recursos Humanos da Prefeitura e lhe foi dito que não se pode dividir férias. Falou que o objetivo deste requerimento é mostrar que é possível sim, pois o artigo 134 da CLT permite, disse, ainda, que foi anexado ao requerimento uma cópia do artigo 134 da CLT e quem tiver dúvidas poderá ler. Aprovado, oito votos. O Senhor Presidente registrou a presença do vereador de Belo Horizonte, Pablito. Do vereador Gilson Antônio Marques: 1) Requer que o Exmo. Senhor Prefeito Cássio Magnani Júnior, providencie, junto aos órgãos competentes, Policiamento Diurno e Noturno em horários aleatórios para os Bairros Estoril I, Estoril II e Vale dos Pinhais. E que expanda os serviços de telefones fixos, além de dos serviços dos Correios para os referidos bairros. Aprovado, oito votos; 2) Que o Exmo. Senhor Prefeito Cássio



Magnani Júnior, providencie, junto a Via Ouro Coletivos, que faça o atendimento à população dos Bairros Estoril I, Estoril II e Vale dos Pinhais com o loteamento que faz o itinerário Alphaville, passe por estes bairros chegando até a praça Dra. Vera Vieira. Aprovado, oito votos; 3) Que o Exmo. Sr. Prefeito Cássio Magnani Júnior, providencie, junto ao órgão competente, um trevo na Rodovia MG-030 que dê acesso ao Bairro Vila Nova Suíça. Aprovado, oito votos. Do vereador José Geraldo Guedes: 1) Requer que a prefeitura, junto com os órgãos competentes, construa a rede pluvial de todo o bairro Chácara dos Cristais. Em discussão o autor disse que é insistente, pois requer esta rede pluvial há vinte anos e vai continuar fazendo, pois a comunidade pede. Falou que no tempo chuvoso a região é um verdadeiro rio e que as pessoas tem que andar de canoa. Falou que continuará a requerer e tem a esperança de que um dia o prefeito o atenda, pois a água vai infiltrando nas casas das pessoas, causando mofo, rachaduras. Reiterou que faz esse requerimento há vinte anos e que continuará a fazer, pois é seu direito. Aprovado, oito votos; 2) Requer que a prefeitura, juntamente com os órgãos competentes, providencie a colocação de lixeira de vinte em vinte metros ao longo da Banqueta e na Avenida Professor Aldo Zanini. Em discussão o autor solicitou que fosse feita uma modificação, para a colocação das lixeiras de cinquenta em cinquenta metros e reiterou o pedido para que seja marcada uma reunião com o prefeito. O Senhor Presidente falou que a reunião foi marcada para terça-feira, às oito da manhã. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou que fez um requerimento parecido com este no início da legislatura, no qual, além de outras coisas, solicitava lixeiras. Disse que não



quer causar polêmica, gostaria de assinar o requerimento juntamente com o vereador José Guedes e este aceitou. Aprovado, oito votos. Do vereador André Luiz Vieira: Solicita postes de iluminação no Campo do Montanhês. Em discussão, o autor esclareceu que, quando se referiu aos requerimentos, dizendo que estes não valem de nada, se referia ao fato de ninguém respondê-los. Falou que requerimentos são feitos para serem atendidos. Exemplificou dizendo que os requerimentos são como se uma mãe tivesse uma criança e se negasse a dar o leite para ela, se não vai dar para a criança, esse leite não serve para nada. Falou que requerimentos são para serem respondidos e na medida do possível serem atendidos. Disse que continuará a fazer os requerimentos, que estes não são feitos aleatoriamente. Afirmou que tinha uma lista de assinaturas dos moradores frequentadores deste local, que fazem caminhada no escuro. Falou que foi informado pelo vereador Alessandro Luiz Bonifácio de que este possui um requerimento igual na Casa. O vereador Leci Alves Campos explicou que o vereador Alessandro entrou com um requerimento pedindo a iluminação do campo do Montanhês e que logo em seguida, o próprio vereador Leci, entrou com um requerimento sobre a área de caminhada. O vereador André Luiz Vieira afirmou que em nenhum momento teve a intenção de “furar o olho” de nenhum vereador. O vereador Leci Alves Campos falou que entende desta forma e que o importante é a iluminação do local. O vereador André Luiz Vieira falou que não foi questão de má-fé, agora vem a questão da ética, pois para ele o que importa é que a luz seja colocada. Disse que poderia até retirar o requerimento, mas gostaria que a lista de assinaturas fosse anexada ao requerimento do





vereador Alessandro. O vereador Leci Alves Campos falou que o requerimento é legítimo, que o vereador André está no direito de apresentá-lo e que a Casa tem o direito de votar, pois o importante é que a iluminação chegue. O Senhor Presidente falou que até poderem disciplinar tudo, os vereadores terão que se sentar e conversar a respeito. O vereador André Luiz Vieira disse que quando há bom senso, entende que isso é válido, pois entende que os vereadores foram ao vereador Alessandro e pediram uma coisa, foram ao vereador Leci e pediram a mesma coisa, passaram alguns meses e pediram a mesma coisa. O vereador Leci Alves Campos falou que no caso do vereador Alessandro, foram os atletas que pediram a iluminação para o local. O vereador André Luiz Vieira falou que as pessoas estão com a seguinte ideia: que nenhum dos vereadores solicitados anteriormente obteve resultados. O vereador Leci Alves Campos disse que resta saber o que foi atendido. O vereador André Luiz Vieira falou que as pessoas que vieram até ele vão ficar com a mesma resposta, nenhuma. O vereador Leci Alves Campos solicitou que mesmo que não tenham respostas, que os vereadores continuem a requerer. O vereador André Luiz Vieira afirmou que é isso que ele vai continuar a fazer, pois entende que estes são a arma dos vereadores. O vereador Fausto Niquini perguntou ao Senhor Presidente, ao vereador Leci Campos, ao vereador José Guedes e à vereadora Maria Ângela Dias Lima pereira há quantos anos são vereadores, e este respondeu que há dezesseis anos. O vereador Leci Alves Campos o corrigiu, dizendo que são doze anos. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira respondeu que foi em um mandato de quatro e esse a gora. O vereador Leci Campos respondeu que este é o segundo mandato. O



vereador José Guedes disse que há vinte anos. O vereador Fausto Niquini perguntou se é a primeira vez que veem esse problema dos requerimentos, se é um problema com o prefeito atual ou se é com todos os anteriores. Disse que o prefeito Cássio foi vereador durante alguns anos e agora está querendo entender. O Senhor Presidente falou que nunca foi oposição na Casa, dos três prefeitos que passaram, sempre foi situação, pois o jeito de ajudar ao povo, por pouco que seja, é sendo situação. Falou que na época do prefeito Vitor Penido, nunca obteve respostas referentes aos requerimentos e na gestão de Carlos Roberto Rodrigues foi pior ainda e pelo visto as coisas estão indo para o mesmo caminho. Afirmou que pela Lei Orgânica do Município o vereador tem cobertura, mas ele tem que entender que é só levar ao Ministério Público. O vereador Fausto Niquini falou que toda reunião tem uma discussão sobre requerimentos. O Senhor Presidente falou que em todos os mandatos dele sempre houve requerimentos iguais uns aos outros e ninguém discutia com o outro. Disse que é uma coisa séria e que é preciso coordenar isso. O vereador Fausto Niquini disse que é melhor parar com a discussão e que quem quiser entrar com os requerimentos que entre, se forem iguais, é só convidar o vereador para assinar conjuntamente. O Senhor Presidente falou que é questão de bom senso, que se os requerimentos forem iguais, que os vereadores assinem conjuntamente, pois esta é a única solução. O vereador André Luiz Vieira falou que isso vai da ética de cada um, mas que não se pode cobrar ética de todos. O Senhor presidente afirmou que com relação à requerimentos nunca houve ética e nunca vai haver. O vereador Gilson Antônio Marques sugeriu que seja criado um sistema que mostre que já



existe um requerimento parecido aos vereadores e que este sistema bloqueie os requerimentos parecidos. O Senhor Presidente falou que isso é difícil, pois às vezes uma palavra pode mudar o requerimento e que o único jeito é o bom senso. O vereador Gilson Antônio Marques disse que mesmo que o sistema mostre que o requerimento é parecido, que sejam chamados para conversar. O vereador José Geraldo Guedes falou que a proposta do vereador Gilson é excelente, pois, se não houver acordo entre os vereadores, que o segundo requerimento a chegar não entre em Plenário. Um senhor da plateia perguntou se a Câmara é democrática e se os vereadores aceitariam sua proposta. O Senhor Presidente falou que após o término da reunião que conversaria com ele. O vereador Silvânio Aguiar disse que há pouco tempo ia para Belo Horizonte e viu os pontos de ônibus, com as pessoas esperando ônibus ao relento. Falou que veio à sua cabeça todo o movimento feito pelos brasileiros atualmente. Disse que anda o dia inteiro e que, se ele não está no seu gabinete, está conversando com algum Secretário, ou está na Prefeitura, está fazendo alguma coisa que se propôs a se fazer. Falou que gostaria que a Câmara estivesse cheia para que as pessoas entendessem que o vereador solicita, corre atrás e manda os requerimentos, mas que, mesmo que as pessoas digam que é necessário fazer leis, pois estão faltando coisas na cidade, mas infelizmente chegam nas mãos do prefeito, este entrega para os Secretários e que não acontecem nada. Lembrou que já são seis meses de governo e ele não começou nenhuma obra, apenas deu andamento nas que já existiam, fato que seria obrigação dele, devido à Lei de Responsabilidade Fiscal, mas, mesmo assim, colocou no jornal da cidade estas obras. Disse que a Câmara tem que



tomar uma postura, senão os vereadores vão continuar “apanhando” e o prefeito vai continuar bem. Falou que é necessário cobrar dos Secretários, pois estes não estão sendo cobrados. Disse que certo dia um rapaz o pediu vinte reais e que ele não o deu, o rapaz o desdenhou, dizendo que agora que ele tinha ganhado a eleição, não ajudava a mais ninguém. Falou que respondeu ao rapaz dizendo que nunca havia pedido votos para ele e que somente votaram nele pessoas que viram que ele tinha as qualidades para ser vereador. Disse que a proposta dele é trabalhar para a população com políticas públicas que tragam benefícios para a sociedade. Falou que os requerimentos tem valor sim, pois representam a vontade do povo, mas que quando chegam às mãos do prefeito não se transformam em nada. O vereador Gilson Marques falou que a comunidade do bairro de Santa Rita esteve no Gabinete do Prefeito no início do mandato deste e que foi prometido à esta comunidade a Primeira Escola, a Unidade Básica de Saúde, nova, dentro dos padrões, e a reforma da quadra. Disse que ficou sabendo que foi alugada uma “espelunca” para fazer a Unidade Básica de Saúde, foram quase vinte anos para se construir uma rampa no posto, que o próprio vereador construiu, na qualidade de Secretário, e agora estão alugando outro local, onde será necessária a construção de outra escada, e a população não foi consultada se está satisfeita ou não. Falou que viu na quadra a empresa Conscafa, e que tudo o que esta empresa faz, cai, como por exemplo a arquibancada do Olaria, que está no chão até hoje, ou nas casinhas, onde foram gastos um milhão de reais, em um solo podre e não conseguiu continuar o projeto. Disse que tem tentado ser amigo do prefeito, mas tem sido difícil. O vereador Leci Alves Campos



falou do jornal que circulou na cidade com as obras em andamento, e que com certeza, elas, em sua maioria, tiveram início na gestão passada, prova disso é a inauguração da Primeira Escola em Honório Bicalho, que foi iniciada pelo governo anterior, e que sabe que o governo anterior estava presente na inauguração, mas não sabe dizer como o convite foi feito a ele, que iniciou a obra. Disse que um fato interessante é a repetição das coisas que estão sendo feitas. Contou que na segunda-feira anterior, no Teatro Municipal foi lançada uma orquestra, mas que esta orquestra já existia, pois ela fez o lançamento do Hino de Nova Lima, cujo autor é o próprio prefeito e, no entanto, foi relançada. Falou que esta Casa Legislativa foi representada somente por este vereador, porque, todas as pessoas que estava tocando nesta orquestra que foi relançada, ele tinha a obrigação de vê-los, pelo excelente trabalho que já desenvolviam. Afirmou que ficou surpreso ao ver que todas as autoridades foram chamadas, menos os representantes do Poder Legislativo. O Senhor Presidente questionou de quem era o evento, quem organizou e de qual Secretaria. O vereador Leci Alves Campos respondeu que era um evento da Secretaria de Cultura e o cerimonial da prefeitura que organizou. Falou que a Companhia Vale era uma das patrocinadoras e quando seu diretor falou, percebeu a presença deste vereador na plateia, e, assim que os holofotes pairaram sobre ele, o cerimonial da prefeitura o convidou para integrar a mesa, mas que nada tirou o brilho da apresentação da orquestra. O vereador Gilson Marques disse que o vereador Leci Campos está sendo generoso ao dizer que quase todas as obras são do governo passado, pois cem por cento do que está sendo feito hoje é herança. Falou que a Secretaria de



Obras não comprou nenhum parafuso, de janeiro até hoje. O Senhor Presidente disse que é herança do que não fizeram. O vereador Gilson Antônio Marques afirmou que não fizeram mas estava no projeto, ou já haviam começado. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira reiterou o pedido feito ao Senhor Presidente para que fale ao prefeito sobre a urgência da reunião. O Senhor Presidente lembrou que a reunião está agendada para terça-feira, às oito da manhã. Falou ao vereador Leci Alves Campos que o Secretário de Cultura, Marcos Augusto, merece nota zero por não ter respeitado um ex-secretário de cultura, como o vereador Leci Campos e que o cerimonial da prefeitura deveria ter gente mais capacitada para respeitar as pessoas. Aprovado, oito votos. 3) Que a Prefeitura, junto aos órgãos competentes construa redes de esgoto no bairro Fazenda Belarmino. Em discussão o autor falou que é um absurdo a cidade ter esgotos a céu aberto. Disse que nesse local existem cerca de trinta casas, sendo que a maioria possui fossas, contaminando as nascentes. Falou que foi pedido isso em anos anteriores e espera que com as verbas do governo estadual que a prefeitura aplique, pois é do conhecimento dele que foi destinada para a água cento e trinta e dois milhões e para esgoto trinta e cinco milhões de reais que foram solicitados pelo deputado João Vitor Xavier. Disse que neste local não há água, pois a água das nascentes estão contaminadas. Falou que espera que esta verba do estado seja aplicada principalmente neste local. Aprovado por oito votos. O vereador André Luiz Vieira da Silva propôs requerimento verbal gostaria que a Casa enviasse ao Prefeito um pedido. Queria a cópia, na íntegra, do contrato da Via Ouro com a Prefeitura e também, que essa Casa pedisse, também, o envio do



contrato com a Saritur, ao DER. Solicitou fosse acrescido a esse requerimento a palavra urgente.”. Em discussão os vereadores solicitaram que toda a Câmara assinasse o requerimento. O vereador Leci Alves Campos disse que é muito prudente que o vereador André Vieira receba essa documentação e que a Casa faça uma reunião oportunamente para tratar do transporte público de Nova Lima. O Senhor Presidente: lembrou que o transporte intermunicipal foge um pouco do município, mas não custa nada o vereador pedir. O vereador André Luiz Vieira falou que foge em partes porque o serviço é prestado no município. O Senhor Presidente reiterou a fala dizendo que nada impede o vereador de trabalhar em cima disso. Requerimento aprovado por oito votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva convocou a Comissão de Legislação e Justiça para reunião na próxima sexta-feira, mas ao ser lembrado pelo Senhor Presidente de que seria marcada uma última reunião para a próxima quinta-feira para a votação da LDO e que possivelmente, após a votação desta, os vereadores entrarão em recesso e que então os outros projetos ficarão para o começo do mês de agosto. O vereador Silvânio Aguiar desmarcou, então, a reunião. O Vereador Fausto Niquini solicitou que seja enviada uma Moção de Pesar à família do Paulo César Santos, mais conhecido como Paulo “Pumbinha”, que faleceu na última quinta-feira. O Senhor Presidente disse que o conheceu, era um grande amigo e que fazia muito tempo que não o via. Falou que esta é uma perda lamentável. O vereador José Geraldo Guedes solicitou um minuto de silêncio em respeito ao falecido. O Senhor Presidente consultou o Plenário que autorizou este momento de respeito. Requerimento aprovado por oito votos. O vereador Gilson



Marques agradeceu a presença da comunidade do bairro Santa Rita, os parabenizou, dizendo que é assim que se faz democracia e é assim se os obstáculos da cidade serão vencidos. No Grande Expediente o vereador José Guedes falou que está chegando a época de serem feitas emendas. Disse que todos os prefeitos pelos quais passou detestam as emendas, então esta é outra arma que os vereadores tem. Olhar direito, três ou quatro obras, para que sejam feitas emendas para beneficiar a população e a lei diz que é necessário que se faça, e se o prefeito vetar, que o veto dele seja quebrado na Câmara. Solicitou que seja dada assistência pelo jurídico da Câmara aos vereadores, porque é difícil conseguir as coisas na prefeitura. Agradeceu ao Senhor Presidente, ao Senhor Vice-Presidente, Alessandro Bonifácio e ao Secretário, Silvânio Aguiar, pela promulgação da Lei do Silêncio e solicitou às autoridades que esta seja seguida, controlando os carros com som alto e estridente, pois é um absurdo o que está acontecendo em Nova Lima com os jovens, com carros às quatro, cinco horas da manhã, e não respeitam principalmente os idosos. Disse que Nova Lima se tornou uma bagunça. Falou que não são somente carros, os estabelecimentos comerciais, academias, também necessitam utilizar acústica, assim como fizeram o s sede do Retiro Centro Ideal, Clube Aurilândia , os bombeiros devem exigir de todos e que a polícia cumpra a lei. Falou sobre o aniversário do Villa Nova, que completou cento e cinco anos no último dia vinte e oito de junho. Contou que em seu discurso, durante o evento, mostrou como é doente pelo clube, e que seu filho se chama Iguatemy Villa Nova. Falou que o prefeito Cássio Magnani nunca tirou proveito político do Villa Nova e que os políticos deveriam seguir





esse exemplo de um autêntico vilanovense. Disse que o clube sem um Centro de Treinamento, um estádio para os jogos é a mesma coisa de um soldado ir para a guerra sem munição. Parabenizou a Charanga do Villa Nova, sob o comando de Délcio Félix, que acompanha o Villa Nova debaixo de sol e de chuva. Afirmou que quando o Villa Nova vence os jogos em seu estádio a cidade se enche de alegria, pois o clube é a alegria da cidade. Disse que as obras do Centro de Treinamento foram retomadas e estão em andamento e por isso parabenizou ao prefeito Cássio Magnani. Parabenizou, também, a todos os vilanovenses que ajudaram o Villa Nova em sua sobrevivência. Falou que o Brasil não precisa de Copa do Mundo e sim de Educação, Segurança, Moradia, Transporte, Saúde, Salário, Paz. Disse que no Brasil o auxílio para os familiares dos presidiários é no valor de novecentos reais e setenta e oito centavos, para viciados, mil trezentos e cinquenta reais, o trabalhador recebe o mísero salário de seiscentos e setenta e oito reais. Tem coisas que só acontecem no Brasil. Na Arábia Saudita os ladrões são amputados, no Brasil, são deputados, como por exemplo, José Genuíno. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira parabenizou o vereador Alessandro Luiz Bonifácio por ter sido o representante da Câmara na mesa do aniversário do Villa Nova e ele teve a gentileza de passar a palavra para o vereador José Guedes, um autêntico vilanovense, e na hora de receber a placa, pois o Villa Nova homenageou as duas instituições: a Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal, ele chamou no palco os vereadores Maria Ângela Dias Lima Pereira, Leci Alves Campos, José Guedes e Alessandro Bonifácio, e todos foram ao palco receberem a placa. O vereador Leci Alves Campos agradeceu ao



diretor social do Villa Nova, Thiago Tito, pois foi ele quem pediu a presença dos vereadores, pois o cerimonial da prefeitura disse que seria somente um representante. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira disse que somente sentiu falta de uma homenagem ao doutor Ely da Conceição Souza, médico, que nunca cobrou nada do Villa Nova, mas deixou de ser homenageado. O vereador Leci Alves Campos solicitou ao vereador Silvânio Aguiar Silva, que fez a homenagem à APAC, pois a senhora Neusa Barbosa também foi presidente da APAC, e este vereador foi procurado pela família, pois ela não foi homenageada. O vereador Silvânio Aguiar Silva explicou que as informações sobre os presidentes foram entregues pela própria presidente, e que ainda houve uma divergência com relação ao senhor Renato Dulci, que foi presidente durante quinze dias. Disse que foi mencionado o nome da senhora Neusa na fala dele. O vereador Leci Alves Campos disse que o filho da senhora Neusa Barbosa, o senhor Marcelo Barbosa, afirmou que ela foi presidente da APAC. O vereador José Geraldo Guedes confirmou que ela foi presidente e o vereador Leci Alves Campos falou que é justo que ela seja homenageada. O Senhor Presidente falou que posteriormente ela será homenageada. O vereador Nélio Aurélio de Souza falou que, a respeito do loteamento Vale do Sol, que mora lá há vinte e dois anos e todos sabem a dificuldade que é lá, pois há muito tempo ele vem lutando no bairro, e vê promessas de todos os prefeitos que passaram por lá. Disse que o vereador Gilson Marques está certo, pois colocaram alguns canos lá no valor de seis milhões de reais, há três anos, e que provavelmente estão entupidos. Falou que esse é um assunto para a Promotora olhar. Afirmou que teve a



notícia de que o prefeito Cássio Magnani investirá trinta milhões de reais no bairro e que este é um dos últimos bairros de Nova Lima que terá alguma benfeitoria. Falou que a estrada central que existe é a única, existe há mais de quarenta anos, e leva para o Morro do Chapéu. Disse que no próximo sábado o Secretário Flávio Menicucci foi convidado por este vereador para explicar aos vereadores o que irá acontecer no bairro. Afirmou que o deputado Fred Costa somente “pega carona”, e exemplificou: no ano de dois mil e doze o secretário do vereador João Vitor Xavier, Carlos Sevidanes, solicitou que fosse asfaltado o Bosque da Ribeira, pois estava tudo esburacado, mas o prefeito somente fez porque uma outra pessoa havia pedido. Falou que nesta época o deputado Fred Costa era contra o prefeito Carlos Roberto Rodrigues e a favor de Vitor Penido, mas o então prefeito o levou para a inauguração; disse que o deputado levou a BHTrans para a atual Alameda Oscar Niemeyer, antiga Seis Pistas, para multar os carros de Nova Lima. O então Secretário de Trânsito, Flávio de Almeida, foi lá, discutiu e os levou para a delegacia, pois estavam atuando fora do município deles. Falou que ele sempre está “se metendo” nas coisas de Nova Lima, os jornais do Belvedere são dele e que, no próximo sábado, estão todos convidados para o evento com o Secretário, para falar dessa obra da prefeitura, e que os nomes dos vereadores serão citados, pois eles fizeram força para que tudo fosse feito, entretanto este deputado não será convidado, e que, quando foi dito que ele deve ser chamado para conversar, que não concorda, pois ele não entende nada das coisas de Nova Lima. Afirmou que o deputado Fred Costa tem poder na Assembleia, não em Nova Lima. O vereador Nélio Aurélio, continuando a



falar, disse que ia fazer justiça com o vereador Pablito e o deputado Wander Borges, que é o Secretário Fundiário do Governo do Estado, pois no início do ano foi, juntamente com os vereadores Silvânio Aguiar e Alessandro Bonifácio, solicitar solução para o escoamento do tráfego de Nova Lima. Disse que como a situação pelo Alphaville é muito difícil de sair, é muito onerosa e demorada, e que espera que o prefeito, juntamente com a Vale, com essa estrada que está sendo feita, seja com compensações para o município. Afirmou que conseguiu com o Secretário Fundiário o asfaltamento da Estrada Real, que leva à Sabará. Falou que foram atendidos bem, que o vereador Pablito os levou lá, que a Casa tem participação, pois foi falado em nome dos vereadores, inclusive foi pedido na época que se pusesse um posto da Polícia Rodoviária ali para que a cidade não fique muito vulnerável, pois o Taquaril está logo na frente. Afirmou que foram atendidos, que ficaram esperando, a menos de um mês voltaram lá, pois foram convidados, estavam esperando sair o pronunciamento sobre o asfalto, e foi dito que o asfalto vai sair realmente. Disse que vários deputados da Assembleia Legislativa estão “pegando carona”, mas que não vai aceitar, assim como tem alguns políticos de Nova Lima que também estão pegando carona, mas que isso não será aceito. Somente Secretário Wander Borges e o vereador Pablito tiveram participações decisivas no processo. Falou também que, assim que as máquinas que estão na MG – 030 saírem, irão direto para esta estrada, e ele estará lá, e convida todos os vereadores, para que toda a população comprove a participação dos vereadores. Disse que é necessário o posto da Polícia Rodoviária, para que os ladrões não venham aqui, roubem e voltem pela estrada



de Sabará. Afirmou que trará a documentação que comprova a participação efetiva da Câmara no processo, e que o prefeito não tomou conhecimento deste, assim como um deputado de Belo Horizonte, mesmo sendo muito amigo deste vereador, que “pisou na bola”, pois levou o prefeito Cássio Magnani ao Governador Anastasia, mas o processo já estava em andamento. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira solicitou que sua ausência no evento de sábado no loteamento Vale do Sol fosse justificada, pois não estará na cidade. Disse também que fará muita força para que a rodovia fique pronta, pois foi gasto muito dinheiro lá. Falou também que a rodovia está sendo usada como pista de skate por pessoas de Belo Horizonte. O vereador Nélio Aurélio de Souza falou que a empresa Vale está conversando com o prefeito Cássio Magnani para ampliar minas: Capitão do Mato, Vargem Grande, Morro do Chapéu e Parságada. Afirmou que a sede de Nova Lima é nesta região, não lá. Disse que esta empresa vai fazer uma negociação com o prefeito, e está achando que é só fazer uma “coisinha” e pronto. Afirmou que é necessário que se termine a estrada, até o Alphaville e com um braço no Miguelão, para que a cidade tenha um sistema viário decente, devido ao trânsito caótico, por causa da verticalização do Belvedere, na época do governo de Sérgio Ferrara, então prefeito de Belo Horizonte, pois lá era tudo casa. Falou que seria até necessário que todos, prefeitura, Vale e Câmara, conversassem sobre isso. Disse que a Câmara não tem poder sobre a mineração, mas podem atrapalhar, fazendo greve, queimando pneus, fazendo tudo o que a população brasileira tem feito ultimamente. Relembrou o que disse há algum tempo atrás, sobre olhar os deputados, em quais deputados votar, e não deu



uma semana, as pessoas estavam nas ruas, reivindicando legitimidade, pois o país está um caos, uma vergonha. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou da importância de a Câmara assumir a questão da mobilidade urbana. O vereador Nélio Aurélio de Souza lembrou a questão do Plano Diretor, pois o prefeito tem cento e vinte dias para mudar. Disse que é necessário trabalhar neste plano, porque o município parou. Falou que vai cobrar do Prefeito Cássio Magnani explicações sobre esses seis meses de mandato, até para que a população saiba o que está acontecendo. O Senhor Presidente solicitou e o Plenário autorizou que haja uma reunião na próxima quinta-feira. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. \_\_\_\_\_